



A Santa Sé

PAPA PAULO VI

AUDIÊNCIA GERAL

Quarta-feira, 11 de Fevereiro de 1970

Valor e sentido da penitência cristã

Hoje, primeiro dia da Quaresma, que rito acabámos de celebrar ? Celebrámos um rito que tem as suas origens na mais longínqua antiguidade. O Antigo Testamento no-lo ensinou. Os primeiros cristãos praticaram-no. A Liturgia, desde a Idade Média, adoptou-o como próprio. O espírito religioso cristão do nosso tempo conservou-o. É o rito da imposição das cinzas na cabeça dos membros da comunidade eclesial, sejam eles ministros ou simples fiéis.

Este rito fala por si mesmo. É uma linguagem impressionante que possui uma grande exuberância de significado. Fala da caducidade da nossa vida, verdade inelutável que destrói a opinião illusória que temos habitualmente acerca da sua estabilidade. Fala da consciência impiedosamente realista, que devemos ter da nossa miséria moral. Fala da exigência de confrontar a inanidade do nosso ser com o mistério de Deus que, nesta visão austeramente objectiva, mas unilateral, das nossas fragílimas e culpáveis condições, aparece, no seu aspecto, excessiva e inexoravelmente terrificante. Fala, por fim, da necessidade imperiosa de vencer o desespero, que se apresentaria como fatal conclusão do nosso desastroso balanço humano, se não nos fosse oferecida outra solução, a da penitência, solução providencial que podemos ainda encontrar bem perto de nós. Penitência! É uma palavra muito severa, mas, no fundo, muito confortadora, uma palavra de Jesus que hoje bate à porta da nossa consciência: « ...se não vos arrependerdes, perecereis todos... » (Lc 13, 5).

Que série de pensamentos inusitados para a nossa época, que se chama era do bem-estar! É bom reflectir sobre esta definição da vida moderna, que parece encerrar a síntese da sabedoria prática e que orienta a filosofia popular e a política social do nosso tempo: o bem-estar, isto é, o

estado do homem não só satisfeito em todas as suas necessidades fundamentais, mas ainda gratificado com aquelas riquezas, comodidades e distrações, com aqueles divertimentos e prazeres que procuram tornar a vida feliz. Um estado em que não houvesse pobreza, dor, cansaço, obediência, renúncia, e muito menos penitência, parece ser a concepção ideal da civilização, a finalidade do progresso, o fim a que todos nós aspiramos. Viver bem, possuir recursos, ser livre, gozar da vida... eis o que todos procuram agora e, em medida crescente, todos vão obtendo. Como é que a Igreja nos vem falar ainda de penitência?

O quadro amplia-se e a cena torna-se interessante. É caso para meditar. Antes de tudo, devemos fazê-lo para desculpar a Igreja, isto é, o próprio Cristo, da acusação de tornar a nossa existência triste e de a privar daquilo de que tem necessidade, embora favorecendo um sã progresso nas exigências humanas. A Igreja não se opõe ao bem-estar legítimo e moderno, mas favorece-o. Trairia, no entanto, a sua missão, que procura o verdadeiro bem do homem, se o deixasse na ilusão de que este bem-estar é suficiente para o tornar feliz; na ilusão de que a felicidade do bem-estar, embora possa ser alcançada, é suficiente para aquele destino ao qual tende a vida humana; na ilusão, por fim, de que o bem-estar, cultural e económico moderno, pode satisfazer a felicidade, sem implicar outras exigências.

Não queremos agora provar estas verdades, o que seria fácil, mas exigiria muito tempo. Todos nós sabemos como o hedonismo leva o homem a fechar-se dentro dos limites de si mesmo, a não se superar, como pede o seu destino último, e, por isso, a aumentar sem fim os seus desejos, e mesmo a satisfazê-los em esferas gradualmente inferiores à sua própria estatura racional, propensa à misteriosa transcendência religiosa. Sabemos como o hedonismo induz o homem a procurar a insaciável realização dos seus desejos nas paixões degradantes, perdendo de vista os fins superiores, entregando-se ao vício e à angústia.

A Igreja não deixa de descobrir aos olhos do homem, que procura sòmente a si mesmo, a falácia e a baixeza das atitudes que ele assume, e a necessidade que ele tem de purificação e de elevação. O primeiro capítulo da penitência consiste no despertar da própria consciência, como se lê na parábola do filho pródigo: *in se reversus* — entrou em si... (Lc 15, 17). Depois, vem o capítulo das opções. O homem é um ser muito complicado. Não pode explicar-se sem escolher um plano livre, e, ao mesmo tempo, lógico: o plano da razão, o plano da verdade. Mas isto importa abnegação e esforço, o *abstine et sustine* da sabedoria estóica, que exige o domínio de si, a hierarquia de actividades, a moderação de alguns actos e a promoção de outros. Por outras palavras, é necessário seguir um desígnio, uma lei, um modelo de homem verdadeiro e completo, que nós sabemos ser Cristo, o verdadeiro Filho do Homem. Cristo, na sua imensa estima pelo homem e no seu imenso amor, ensina-nos duas verdades: que no homem há uma desordem mortal, o pecado, e que sòmente Ele, Cristo, pode reparar tal desordem. E, então, a correspondência do homem, ciente deste indiscutível diagnóstico, assume uma atitude que se distingue por um duplo sentimento: dor íntima e amor imploraste. Tudo isto é a penitência.

Compreendemos agora como a penitência entra necessariamente na psicologia, na consciência, na realidade do homem. Este estará tanto mais em condições de avaliar o drama que o envolve, quanto mais apreciar esta sabedoria redentora. Sendo assim, procuremos, filhos caríssimos, fazer penitência, especialmente neste *tempus acceptabile*, neste período propício, que é a Quaresma. Experimentaremos, deste modo, que ela não causa nem tristeza, nem diminuição na nossa vida, mas leva-nos à esperança e à alegria da Páscoa da Ressurreição.

Antes de concluir estas breves palavras, com a habitual bênção, parece-Nos oportuno falar ainda sobre um tema bem diverso, mas sempre relacionado com o bem espiritual de todos os que Nos escutam. De facto, não podemos esquecer que hoje, 11 de Fevereiro, é uma data que, se por um lado tem particular significado para a Itália, e para a Igreja de Deus que vive dentro dos seus limites, por outro tem igualmente um significado de não menor importância para esta Sé Apostólica, e, portanto, para toda a grande família católica, espalhada por todo o mundo. Referimo-Nos à celebração do aniversário da conciliação entre o governo italiano e a Santa Sé, ou, por outras palavras, dos Pactos Lateranenses.

Estes Pactos, quando chegaram os tempos previstos e preparados por espíritos sinceros e generosos, puseram fim, já lá vão 31 anos, ao prolongado e prejudicial conflito que o País tinha lançado contra o Papa, onde o Sucessor de Pedro, primeiro Bispo de Roma, por disposição da Providência, possui a sua residência, e onde se encontra o conjunto dos organismos que lhe são necessários, para poder exercer adequadamente a sua função de Vigário de Cristo, ao serviço da Igreja universal. Este conflito teve fim, graças, por um lado, à renúncia que a Santa Sé fez dos seus direitos sobre os Estados, então chamados « Estados Pontifícios », contentando-se com aquele minúsculo território, suficiente para demonstrar e humanamente garantir a sua soberania e a sua independência, diante de qualquer poder governativo. Teve fim também, por outro lado, graças ao solene reconhecimento, nas formas internacionalmente válidas, desta soberania e desta independência, por parte da Itália; e graças ainda, e não menos, à situação que, mediante a Concordata, foi criada na Itália, para a Igreja e para os católicos, após a situação anterior, que era insuficiente e insegura.

A concórdia, assim restabelecida — como muitas vezes a Sé Apostólica reconheceu —, foi rica de bons e úteis frutos para a Igreja e para o Estado, na garantida possibilidade de uma harmonia de relações, que não confunde nem subordina estes poderes um ao outro, mas realça e exalta a independência e a soberania de cada um deles na própria ordem.

Nós não podemos senão desejar vivamente, à Santa Sé e à Itália, que este equilíbrio não venha a sofrer abalos, nem muito menos, feridas ou rupturas.

Sem dificuldade, concordamos com a proposta de uma revisão bilateral, isto é, realizada com trabalho e acordo comuns, daquelas normas da Concordata que já não estão em harmonia com a nova situação. Sinceramente queremos esperar, e de todo o coração desejamos — por amor da

paz, pela própria honra da Itália e pelo maior bem de todo o Povo Italiano — que seja evitado qualquer passo que, com decisão unilateral, venha a vulnerar aquilo que foi estabelecido solenemente de comum acordo. Referimo-nos precisamente, bem o compreendeis, ao ponto tão substancial do matrimónio cristão, que a Concordata quis cercar de garantias estáveis, e que o Nosso grande Predecessor, de venerável memória, Pio XI, considerava como um dos resultados mais preciosos da alcançada Conciliação.

E com estes votos damo-vos, e a todos aqueles que os quiserem partilhar, a Nossa Bênção Apostólica.